

OS SERVIÇOS DE INTERPRETAÇÃO DE LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NAS UNIVERSIDADES E NOS INSTITUTOS FEDERAIS: A PERCEPÇÃO DE DOCENTES SURDOS

Brazilian Sign Language interpreting services in federal universities and institutes:
the perception of Deaf professors

Guilherme Lourenço¹

Rodrigo Augusto Ferreira²

RESUMO

O presente trabalho investiga a percepção de docentes Surdos em atuação em universidades e institutos federais sobre os serviços de interpretação de Língua Brasileira de Sinais nesses espaços. Para isso, desenvolvemos um questionário online sinalizado, baseado nos Padrões de Boas Práticas e de Ética apresentados no *National Standard Guide for Community Interpreting Services*, proposto como guia para a atuação de intérpretes comunitários no Canadá. Assim, um questionário online

ABSTRACT

This paper investigates the reception of Brazilian Sign Language interpreting services in federal universities and federal institutes by Deaf professors. For that purpose, we elaborated an online signed questionnaire, based on the Standards of Practice & Ethical Principles presented on

¹ Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte; guilhermelourenco@ufmg.br.

² Universidade Federal do Tocantins – UFT, Porto Nacional; ferreira.rodrigo@uft.edu.br.

sinalizado composto por 27 perguntas foi aplicado e obtivemos a participação de 45 docentes Surdos, atuantes em universidades e institutos federais de 18 estados brasileiros e do Distrito Federal. Os resultados indicam que, de acordo com a percepção dos docentes Surdos, os serviços de interpretação de Libras-Português nessas instituições ainda não atendem satisfatoriamente aos princípios de qualidade constantes no guia canadense. Mostraram-se ainda como pontos críticos do serviço: a fidelidade e a acurácia, a imparcialidade e a qualidade em tarefas de interpretação-voz.

PALAVRAS-CHAVE

Interpretação de línguas de sinais; Interpretação educacional; Interpretação em ambientes de trabalho; Recepção de serviços de interpretação.

the *National Standard Guide for Community Interpreting*, which is meant to be a guide to community interpreting services in Canada. Therefore, an online signed questionnaire containing 27 questions were responded by 45 Deaf professors who work in federal universities and institutes, from 18 different states in Brazil and the Federal District. The results show that, according to the Deaf professors' perceptions, the interpreting services in these institutions do not match the quality requirements proposed by the Canadian guide. They also show that there are some critical aspects of these services, such as fidelity and accuracy, impartiality and the quality of voice-interpreting tasks.

KEYWORDS

Sign language interpreting; Interpreting in educational settings; Interpreting in workplaces; Reception of interpreting services.

Introdução

Nos últimos anos, as universidades e os institutos federais têm se tornado importantes espaços profissionais para professores Surdos que ingressaram nessas instituições como docentes da área de Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Esse aumento de professores Surdos no ensino superior é resultado de importantes instrumentos legais, em especial o Decreto de Lei nº 5626/05, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da Libras nos cursos de graduação de formação de professores e de fonoaudiologia, e também é resultado da oferta dessa disciplina de maneira optativa para todos os cursos de educação superior no país.

Além da obrigatoriedade da oferta da disciplina, o Decreto dispõe ainda que “as pessoas surdas terão prioridade para ministrar a disciplina de Libras” (BRASIL, 2005). A criação das disciplinas de Libras no ensino superior associada à prioridade das pessoas Surdas em ministrar esse conteúdo e também a crescente oferta de formação de professores de Libras no Brasil por meio dos cursos de Letras-Libras (QUADROS, 2014) têm contribuído para que o número de docentes Surdos nas universidades e nos institutos federais cresça exponencialmente. Reis (2015, p. 51–57), por exemplo, em levantamento realizado em 2015, identificou 174 docentes Surdos em atuação em cargos efetivos, aprovados em concurso público. Atualmente, esse número já se encontra próximo a 300 professores Surdos efetivos em universidades e institutos federais,³ além dos muitos professores que atuam com contratos temporários, como os professores substitutos, e também os docentes que atuam em instituições privadas de ensino.

Associado a esse ingresso de docentes Surdos no ensino superior – além, é claro, dos próprios estudantes Surdos que estão presentes em diversos cursos de graduação – ocorre também um aumento importante nos postos de trabalho para intérpretes de Libras (ILS)⁴ nessas instituições. Esses ILS que ingressam nas universidades e nos institutos federais se deparam com o desafio de atuar em espaços que nunca antes haviam contado com a presença desse tipo de profissional (ex.: reuniões de colegiado/departamentais, câmaras e setores de recursos humanos, salas e laboratórios de atividades práticas, etc.) e ainda com a multiplicidade de contextos que integram a vida da universidade. Santos (2015) nos alerta ainda para

uma mistura de expectativas quanto às atribuições desses profissionais no meio universitário, esperando-se deles a atuação em múltiplos contextos dentro dos espaços acadêmicos.

³ Informação obtida em comunicação pessoal com a Profª. Dra. Flaviane Reis. Registramos aqui também nossos agradecimentos a Flaviane por seu pronto diálogo e seu incentivo durante a realização de nossa pesquisa.

⁴ Os profissionais que atuam nas universidades e nos institutos federais realizam tanto tarefas de tradução quanto de interpretação e, por isso, são mais comumente chamados de tradutores e intérpretes de língua de sinais (TILS). Neste estudo, contudo, interessa-nos apenas os serviços de interpretação e, por esse motivo, utilizaremos a sigla ILS.

Vale mencionar que essa pluralidade de contextos de atuação é amplamente cobrada pelas instituições federais de ensino, ainda que a maioria dos tradutores e intérpretes tenha sido contratada para exercer suas atividades no nível de classificação D (cargo com exigência apenas de ensino médio). (SANTOS, 2015, p. 118).

Se por um lado, observamos uma situação extremamente delicada quanto à formação exigida para esse profissional – a absoluta maioria dos concursos para intérpretes de Libras nas universidades e nos institutos federal exige apenas formação em nível de Ensino Médio –, por outro, há toda a complexidade das diferentes tarefas de tradução e interpretação que compõem a rotina desses profissionais que atuam em contextos educacionais.⁵ Rodrigues e Santos (2018) apresentam um quadro em que sintetizam as tarefas do serviço de tradução e interpretação em espaços educacionais. Apesar desse quadro não se referir especificamente à atuação no ensino superior, as tarefas ali listadas são facilmente identificadas no trabalho dos ILS nas universidades e nos institutos federais.

Além das atividades comuns ao contexto educacional, os ILS que atuam no ensino superior têm sido colocados em uma posição bastante recente e desafiadora: interpretar para uma pessoa Surda que pertence à universidade não como aluna, mas como docente e servidor público federal. É frente a esse quadro recente de implementação dos serviços de ILS nas universidades que propomos investigar a percepção que esses docentes Surdos têm dos serviços de interpretação a eles oferecidos.

Para isso, o presente texto está dividido em quatro seções. Na Seção 1, introduzimos os “Padrões de Boas Práticas e de Ética” constantes no *National Standard Guide for Community Interpreting Services*, proposto como guia para a atuação de intérpretes comunitários no Canadá e que serviram de base para a elaboração de nosso instrumento. Na Seção 2, apresentamos a metodologia do nosso trabalho, assim como os materiais utilizados e os participantes da pesquisa. Na Seção 3, detalhamos os resultados dos questionários e, na Seção 4, realizaremos uma discussão sobre a interpretação em ambientes de trabalho. Por fim, o texto é encerrado com algumas Considerações finais.

⁵ Aqui, assumimos que a atuação do ILS nas universidades e nos institutos federais é, sim, uma atuação em contexto educacional. Porém, ao final deste texto, argumentaremos que esse serviço também precisa ser visto sob a ótica da interpretação em ambientes de trabalho, quando o docente Surdo é um dos demandantes/clientes da interpretação.

Quadro 1 – Tarefas de tradução e de interpretação em contextos educacionais

TAREFAS DE TRADUÇÃO	TAREFAS DE INTERPRETAÇÃO
<p>PORTUGUÊS-PARA-LIBRAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • materiais didáticos (livros didáticos e paradidáticos etc.); • cartilhas e/ou programas escolares; • literatura dos mais diversos tipos; • hino nacional e outros; • sites, blogs e congêneres; • vídeos educativos diversos; • vídeos institucionais; • filmes ou trechos de filmes usados como recurso didático; • documentários ou partes deles, assim como outras produções veiculadas na mídia; • apresentações televisivas: reportagens e telejornais usados como materiais de apoio à aula; • documentos jurídicos e institucionais (normas, orientações, regimentos, estatutos etc.); • avaliações e atividades diversas; • provas de concursos, vestibulares e exames nacionais; • comunicados e informes; • edição e revisão de traduções. 	<p>PORTUGUÊS-PARA-LIBRAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • interações diversas (aulas ministradas em português, reuniões, orientações, bancas e demais ações envolvendo os atores da educação); • diálogos entre surdos falantes de Libras e ouvintes não fluentes em Libras; • materiais e recursos empregados nas aulas: • livros didáticos e paradidáticos; • literatura dos mais diversos tipos; • vídeos educativos diversos; • sites, blogs e congêneres; • filmes ou trechos de filmes usados como recurso didático; • documentários ou partes deles; • apresentações televisivas: reportagens, telejornais etc. • hino nacional e outros; • documentos jurídicos e institucionais (normas, orientações, regimentos, estatutos etc.); • avaliações e atividades diversas; • provas de concursos, vestibulares e exames nacionais; • bilhetes, mensagens, comunicados e informes.
<p>LIBRAS-PARA-PORTUGUÊS</p> <ul style="list-style-type: none"> • trabalhos dos alunos e atividades diversas; • produções acadêmicas (artigos, dissertações, teses etc.); • vídeo-aulas; • literatura em Libras, incluindo as piadas e os pequenos contos; • edição e revisão de traduções. 	<p>LIBRAS-PARA-PORTUGUÊS</p> <ul style="list-style-type: none"> • interações diversas (aulas ministradas em Libras, reuniões, orientações, bancas e demais ações envolvendo os atores da educação); • diálogos entre surdos falantes de Libras e ouvintes não fluentes em Libras; • trabalhos dos alunos e atividades diversas; • materiais e recursos empregados nas aulas; • literatura em Libras, incluindo as piadas e os pequenos contos.

Fonte: adaptado de Rodrigues e Santos (2018, p. 10)

1. Os padrões de boas práticas e de ética do *National Standard Guide for Community Interpreting Services*

A *Healthcare Interpretation Network* – HIN, fundada em 1990, é uma organização canadense sem fins lucrativos que se dedica à luta pela melhoria no acesso aos serviços de saúde por pacientes que possuem proficiência limitada em língua inglesa no Canadá.⁶ Em 2007, a HIN publicou o *National Standard Guide for Community Interpreting*, um guia para orientar os serviços de interpretação comunitária⁷ no país:

O primeiro *National Standard Guide for Community Interpreting* irá promover a mais alta qualidade de interpretação quando adotado para fins de avaliação, formação, contratação, monitoramento de desempenho e possível reconhecimento profissional futuro. Ele irá também servir como uma ferramenta educacional para o público geral. É sabido que será necessário um tempo para que toda a comunidade de intérpretes alcance esses padrões, de modo que possam ser aplicados em todas as combinações de língua, a qualquer tempo e em todos os contextos (HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK, 2007, p. 4).⁸

Apesar de bastante audacioso ao se propor ser um guia de recomendação de padrões de atuação para todos os contextos comunitários, o documento tem o mérito importante de sistematizar um conjunto de boas práticas que pode orientar os serviços de interpretação comunitária no Canadá. Conforme esclarece o próprio manual:

Até o momento, nenhuma organização nacional no Canadá ofereceu definições claras e consistentes sobre as características e competências que envolvem uma interpretação comunitária qualificada; deixando, assim, intérpretes, contratantes e o público geral sem uma ideia clara sobre o papel do intérprete ou o que se esperar desses profissionais. Como resultado disso, a qualidade da interpretação por todo o Canadá tem se mostrado inconsistente, resultando em

⁶ Informações extraídas de: <<https://accessalliance.ca/about-us/partnerships-and-networks/healthcare-interpretation-network/>>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁷ Interpretação comunitária pode ser entendida como a interpretação que ocorre em ambientes institucionais de uma determinada sociedade em que o agente do serviço (público ou privado) e seu respectivo cliente não falam a mesma língua (NISKA, 2002; PÖCHHACKER, 1999).

⁸ No original: *This first National Standard Guide for Community Interpreting will promote the highest quality of interpreting when adopted for assessment, training, hiring, performance monitoring and possible future professional recognition. It will also serve as an educational tool for the general public. It is understood that it will take some time before all community interpreters meet this standard, such that, it can be relied upon in all language combinations at all times and in all settings.*

uma comunicação potencialmente incompleta, inadequada e perigosa. (HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK, 2007, p. 4).⁹

Adicionalmente, é importante mencionar que o manual contempla também a interpretação de língua de sinais, ao fazer referência aos intérpretes que atuam com a Língua de Sinais Americana (ASL) e também com a Língua de Sinais do Quebec (LSQ), as duas línguas de sinais oficiais no Canadá. O documento explicita ainda os seguintes contextos de atuação que seriam integrantes da chamada interpretação comunitária no Canadá:

- i. Negócios e indústrias;
- ii. Agentes e instituições públicas;
- iii. Serviços de saúde;
- iv. Contextos legais;
- v. Educação;
- vi. Serviços sociais.

Além de trazer uma discussão sobre os papéis dos intérpretes, dos clientes e dos provedores dos serviços de interpretação, o guia incorpora os **Padrões de boas práticas e de ética** do Programa de Formação de Intérpretes de Línguas (LITP, *Language Interpreting Training Program*). O LITP é um curso de formação ministrado por universidades em Ontário e, portanto, oferece um *College-Approved Certificate* –certificado reconhecido por uma universidade. O LITP foi desenvolvido a partir de financiamento do Ministério de Cidadania e Imigração de Ontário (*Ontario Ministry of Citizenship and Immigration*) e é uma formação de 180 horas voltada para pessoas bilíngues, falantes de inglês e de uma outra língua.

Sobre os Padrões de Boas Práticas e de Ética do LITP é importante observar que defendem um tipo de atuação bastante específica para os intérpretes, no que diz respeito a suas funções e aos limites de seu trabalho.

⁹ No original: *To date, no national body in Canada has provided clear and consistent definitions of the characteristics and competencies of a qualified community interpreter, leaving interpreters, hiring organizations and the general public with no clear idea about the role of the interpreter or what is expected from interpreters. As a result, the quality of interpreting across Canada has been inconsistent leading to potentially incomplete, inaccurate and dangerous communication.*

Diferentemente de outras posições encontradas na literatura, o LITP desencoraja o papel de ativismo (*advocacy*), defendendo que o trabalho do intérprete deve ser focado em “entregar mensagens entre indivíduos que não compartilham uma mesma língua, ao invés de se ocupar das nuances/diferenças culturais dos falantes”¹⁰ (HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK, 2007, p. 21).

Apesar de discordarmos dessa posição e de acreditarmos que intérpretes, em especial os intérpretes que atuam em contextos comunitários, devam atuar como especialistas bilíngues e biculturais¹¹ (HUMPHREY; ALCORN, 2001; WILCOX; SHAFFER, 2005), consideramos que os Padrões de boas Práticas e de ética propostos no manual nos fornecem um interessante ponto de partida para avaliarmos a percepção dos professores Surdos sobre os serviços de interpretação a que têm acesso nas universidades e nos institutos federais. Afinal, como o próprio manual afirma, esses padrões fornecem ao profissional parâmetros claros sobre o oferecimento e a qualidade dos serviços de interpretação (HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK, 2007, p. 22).

No total, o manual traz 47 padrões de boas-práticas, organizados a partir de 8 princípios éticos, a saber:

1. Fidelidade e acurácia: o intérprete se empenha para interpretar toda a mensagem de maneira acurada, o mais fielmente possível e da melhor maneira que pode, sem adições, distorções, omissões ou embelezamento do discurso;
2. Confidencialidade: o intérprete não compartilha as informações com as quais tem contato e trata toda a informação como confidencial, seja ela falada ou escrita, durante sua atuação profissional, atendendo aos requisitos básicos de proteção da informação;
3. Imparcialidade: o intérprete se empenha em manter a imparcialidade, não demonstrando nenhum tipo de preferência ou viés para com nenhuma das partes envolvidas no encontro interpretativo;

¹⁰ No original: *the delivery of messages between individuals who do not share a common language rather than “cultural differences/nuance” of the speakers.*

¹¹ Assumir que intérpretes são agentes bilíngues e biculturais significa enxergar as tarefas de interpretação como sendo constituídas não somente das línguas, mas também das culturais envolvidas, de modo que esta não se desassocia daquela. Assim, o intérprete deve assumir responsabilidade por ambas as mediações: linguística e cultural.

4. Atitude respeitosa: o intérprete é respeitoso com todas as partes envolvidas no encontro interpretativo;
5. Respeito aos limites de sua atuação: o intérprete se empenha em manter sua atuação limitada às funções profissionais pré-estabelecidas e se abstém de qualquer tipo de envolvimento pessoal;
6. Responsabilidade na atuação: o intérprete é responsável pela qualidade da interpretação fornecida e é acreditado pelas partes e organizações envolvidas na prestação do serviço;
7. Profissionalismo: o intérprete, em todos os momentos, atua de maneira profissional e ética.
8. Formação continuada: o intérprete se compromete a uma vida de formação continuada, em reconhecimento ao fato de que as línguas, as pessoas e os serviços mudam e evoluem ao longo do tempo e que o intérprete deve se empenhar em manter um nível de qualidade no serviço de interpretação oferecido.

É a partir desses oito princípios éticos e das boas-práticas descritas em cada um deles que desenvolvemos nosso instrumento de avaliação aplicado a docentes Surdos de todo o Brasil que trabalham nas universidades e institutos federais. Os detalhes de nossa metodologia são descritos na próxima seção.

2. O instrumento de avaliação da percepção dos docentes Surdos

Elaboramos um questionário contendo 27 itens, elaborados a partir dos 47 padrões de boas-práticas do *National Standard Guide for Community Interpreting* (HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK, 2007). Alguns itens foram adaptados de modo a melhor contemplar a situação do trabalho dos intérpretes de Libras nas universidades e nos institutos federais.

Os itens do questionário foram divididos em oito grupos, a partir dos preceitos éticos norteadores apresentados na seção anterior. Além disso, adicionamos um nono grupo de itens para contemplarmos uma atuação que tem se mostrado bastante desafiadora para ILS e bastante demandada nos contextos de ensino superior que contam com a presença de docentes Surdos: as tarefas de interpretação-voz (Libras-para-português).

Lourenço (2018, p. 3) argumenta que tarefas de interpretação-sinalizada (português-para-Libras) e tarefas de interpretação-voz (Libras-para-português) “são metodológica e operacionalmente diferentes, requerendo, portanto, um conjunto específico de estratégias e de rotinas de trabalho para cada uma dessas direções”. Além disso, tem-se observado em intérpretes que trabalham com línguas de sinais de diferentes países – EUA (NICODEMUS; EMMOREY, 2013, 2015) signed language (bimodal, Austrália (NAPIER; ROHAN; SLATYER, 2005), Holanda (CRASBORN, 2006; VAN DEN BOGAERDE, 2010; VAN DIJK *et al.*, 2011) e Brasil (LOURENÇO, 2018, 2019) – que esses profissionais apresentam uma clara preferência por atuar em contextos de interpretação-sinalizada e que muitos, inclusive, afirmam não possuir competência para realizar tarefas de interpretação-voz. Lourenço (2018) explica que há diferentes fatores que contribuem para essa preferência de direcionalidade dos intérpretes de Libras-português, que passa por questões de formação, pela experiência profissional do próprio intérprete e até mesmo por questões de modalidade das línguas (interpretar de uma língua oral para uma língua sinalizada *vs.* interpretar de uma língua de sinais para uma língua oral) e de diferenças gramaticais entre a Libras e o português.

Assim, é possível fazermos duas constatações importantes: i) intérpretes de Libras-português geralmente, apresentam grandes dificuldades de atuar em contextos de interpretação-voz; e ii) a presença de professores Surdos nas universidades e nos institutos federais cria uma demanda constante e cada vez mais complexa por serviços de interpretação-voz. É a partir dessa realidade que decidimos incluir itens em nosso questionário para verificarmos também a percepção dos docentes Surdos sobre os serviços de interpretação-voz nessas instituições.

Os 27 itens do questionário, assim como os 9 grupos em que esses itens estão organizados, são apresentados no quadro a seguir:

Quadro 2 – Itens do questionário de avaliação da percepção dos docentes Surdos sobre o serviço de interpretação nas universidades e nos institutos federais

Grupo 1: Fidelidade e acurácia	O intérprete sinaliza corretamente, utilizando a estrutura correta da língua de sinais.
	O intérprete evita o uso da datilologia, tentando ao máximo buscar expressões equivalentes na língua de sinais.
	O intérprete consegue transmitir expressões corporais, gestos, tom de voz e emoções em sua interpretação.
Grupo 2: Confidencialidade	Quando é pedido para o intérprete não interpretar algum trecho, o intérprete avisa ao surdo sobre essa solicitação.
	O intérprete deixa claro para todos os participantes que manterá sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso.
Grupo 3: Imparcialidade	O intérprete não compartilha informações presenciadas e/ou interpretadas por ele durante o seu serviço com terceiros.
	O intérprete permanece imparcial durante todo o tempo e deixa claro para os demais participantes da interação sobre a necessidade de se manter imparcial.
Grupo 4: Atitude respeitosa	O intérprete se recusa a atuar em contextos em que possa haver conflito de interesse ou em que ele tenha algum interesse particular que possa interferir em sua atuação.
	O intérprete mostra-se respeitoso para com todos os envolvidos.
Grupo 5: Respeito aos limites de sua atuação	O intérprete respeita e promove a autonomia da pessoa Surda.
	O intérprete não se envolve em discussões, dá conselhos ou expressa sua opinião pessoal sobre os assuntos a que tem acesso.
	O intérprete não fala em nome de nenhuma das partes envolvidas.
Grupo 6: Responsabilidade na atuação	O intérprete limita-se ao serviço de interpretação, não executando nenhum outro serviço para nenhuma das partes envolvidas no processo de comunicação.
	Ao perceber que cometeu um erro, o intérprete corrige e reformula a informação passada.
	O intérprete recusa atuar em tarefas de interpretação para as quais ele não se sente apto.
	O intérprete obedece às normas e aos regimentos da instituição, assim como ao código de ética da profissão.
	O intérprete é claro e transparente sobre suas dúvidas e limitações, deixando explícito para as partes que a dúvida é do próprio intérprete e não dos demais envolvidos na situação comunicativa.

Grupo 7: Profissionalismo	O intérprete é pontual no horário de chegada e permanece até o final do serviço de interpretação agendado ou até ser dispensado.
	O intérprete veste-se adequadamente para o exercício da função.
	O intérprete não trata de assuntos pessoais durante a prestação do serviço de interpretação (ex. ligações ou mensagens de celular, conversas pessoais, etc.)
Grupo 8: Formação contínua	O intérprete continua investindo em sua formação, realizando cursos e desenvolvendo sua capacidade profissional.
	O intérprete busca <i>feedback</i> dos surdos, buscando avaliar seu desempenho nas tarefas de interpretação.
	O intérprete é envolvido com a comunidade Surda e com as entidades e organizações Surdas.
Grupo 9: Tarefas de interpretação-voz	O intérprete é envolvido com as associações de intérpretes e ou demais entidades e organizações profissionais.
	Você se sente seguro e confortável quando o intérprete precisa realizar uma tarefa de interpretação-voz para você.
	Você busca auxiliar o intérprete e ajuda na preparação para uma tarefa de interpretação-voz, enviando materiais e reunindo-se com ele antecipadamente.
	De maneira geral, os intérpretes desempenham bem as tarefas de interpretação-voz.

Fonte: Elaborado pelos autores

Cada item do questionário foi então traduzido para Libras por uma dupla de tradutores, um tradutor Surdo e um tradutor ouvinte, os autores deste trabalho, e filmado de modo que apenas a versão em Libras do questionário foi apresentada aos participantes. O questionário em Libras foi elaborado utilizando-se a ferramenta *Google Forms* e disponibilizado online para que pudesse ser respondido por professores Surdos de diferentes regiões do Brasil. Assim, os critérios de inclusão para a participação em nosso estudo foram: i) ser Surdo; ii) ser docente em atual exercício em alguma universidade ou instituto federal.

Para cada item do questionário, o participante deveria responder seu grau de satisfação com relação ao serviço de interpretação oferecido em sua universidade ou instituto. Para isso, utilizamos uma escala Likert de cinco pontos, sendo que cada ponto era ilustrado por um *emoticon* que poderia ser interpretado como sendo 1 = *extremamente insatisfeito* e 5 = *extremamente satisfeito*. Um exemplo de um item do questionário é fornecido na imagem a seguir:

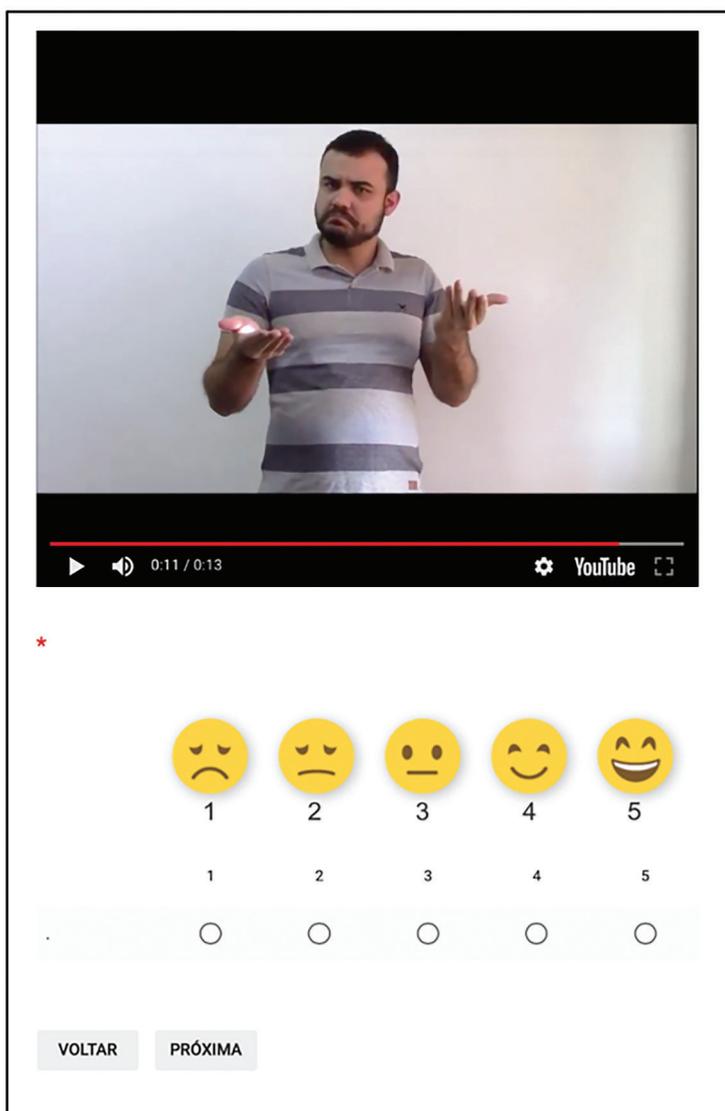


Figura 1 – Captura de tela do questionário online
Fonte: elaborado pelos autores

2.1 Participantes

Participaram de nossa pesquisa 45 docentes Surdos, de 18 estados brasileiros diferentes e do Distrito Federal. A relação de professores por estado e por instituição pode ser observada no [Gráfico 1](#).

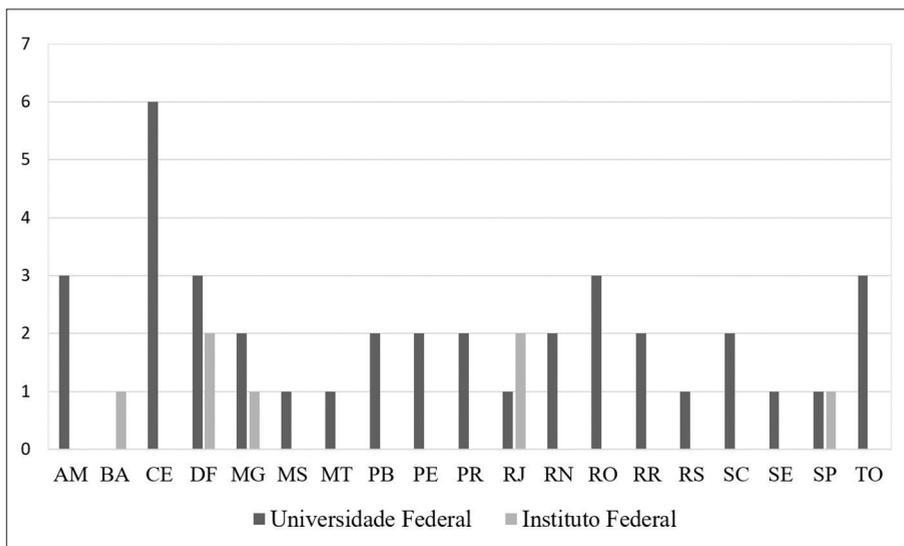


Gráfico 1 – Docentes Surdos participantes da pesquisa por estado e por tipo de instituição

Infelizmente não conseguimos a participação de docentes Surdos de todos os estados brasileiros. Porém, as cinco regiões do Brasil estão representadas em nossa amostra.

3. Análise e discussão dos resultados

A partir das respostas recebidas, retiramos as médias simples da avaliação de cada item. Inicialmente apresentaremos o resultado das médias por grupo, para que possamos identificar como anda a percepção geral dos docentes. Em seguida, passaremos a uma análise mais detalhada, de cada item do questionário.

3.1 Análise geral por grupos

Ao analisarmos as médias das respostas por grupo, é possível constatar-mos a percepção geral do serviço de interpretação oferecido nas universidades e nos institutos federais, a partir da avaliação dos próprios docentes Surdos. As notas obtidas em cada grupo são fornecidas no gráfico a seguir:

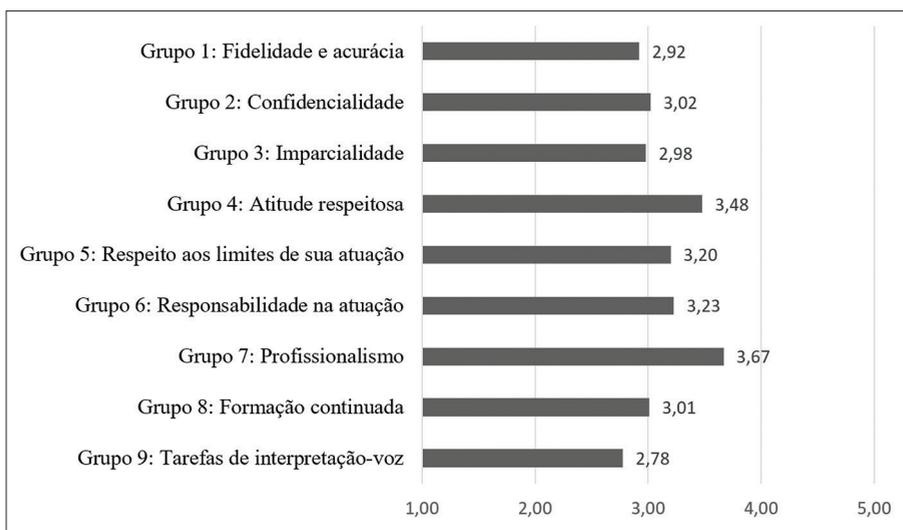


Gráfico 2 – Resultados gerais por grupo

Se transformamos os pontos da escala Likert em rótulos tradicionais (1 = péssimo; 2 = ruim; 3 = regular; 4 = bom; 5 = excelente), podemos constatar que a avaliação geral do serviço pelos docentes Surdos é regular. 6 dos 9 grupos analisados obtiveram média superior a 3, mas inferior a 4 e, portanto, poderiam ser considerados como regulares. Já os grupos 1, 3 e 9, que tratam respectivamente de fidelidade e acurácia, imparcialidade e tarefas de interpretação voz, obtiveram avaliação inferior a 3. Vale destacar ainda que o item mais bem avaliado pelos professores Surdos é o Grupo 7, que trata do profissionalismo nos serviços de interpretação. Por outro lado, o item com menor avaliação é o Grupo 9, que aborda as percepções dos docentes Surdos sobre as tarefas de interpretação-voz.

Acreditamos que esses resultados, de maneira geral, corroboram com a visão de que os serviços de interpretação nas universidades e nos institutos federal é realmente um serviço que se encontra em fase de implementação e que ainda é permeado por muitas questões de natureza política, institucional e prática que ainda não estão bem sedimentadas e que ainda estão em construção, como é discutido por Santos (2015):

Do ponto de vista institucional, a presença de tradutores e intérpretes de Libras-Português nas universidades federais é muito recente. As formas como as relações interpessoais e profissionais são construídas entre a equipe e os demais membros das instituições acadêmicas convoca a comunidade universitária a repensar

as solicitações de trabalho, os critérios estabelecidos frente a essas demandas e a infraestrutura oferecida pelas universidades. Conhecer os processos organizacionais (tramitações, órgãos/setores responsáveis por determinadas decisões, formas de institucionalizar o trabalho) é vital para que as práticas de tradução e interpretação possam ter um impacto satisfatório de acordo com o tipo de instituição. (SANTOS, 2015, p. 124).

Adicionalmente, aventamos a possibilidade de o grupo “profissionalismo” compor os itens mais bem avaliados pelos docentes Surdos ser resultante das atuais e cada vez mais frequentes iniciativas de formação no Brasil – seja por meio de cursos de graduação, cursos de pós-graduação *lato sensu* ou cursos livres oferecidos como extensão universitária ou ainda por diferentes órgãos e entidades da sociedade civil. Assim, essas iniciativas de formação têm, certamente, contribuído para um debate maior sobre a necessidade de os ILS adotarem, cada vez mais, posturas consideradas mais “profissionais” em seus contextos de atuação. É possível refletirmos também que o zelar pelo profissionalismo nos serviços de interpretação oferecidos nas universidades possa advir de uma preocupação dos próprios intérpretes em institucionalizar sua atuação e de reiterar o caráter profissional da interpretação frente aos consumidores desses serviços. Essa postura é justificada pelo próprio percurso histórico da profissão, que tem sua origem no voluntariado e nos contextos familiares (FRISHBERG, 1986; RODRIGUES, 2010) e que rapidamente passa a ser considerada uma atividade profissional, com postos de trabalho reconhecidos e todos os corolários dessa mudança (carreira, remuneração, formação, etc).

Para finalizarmos a análise geral por grupos, chamamos a atenção para o fato de o *Grupo 9: Tarefas de interpretação-voz* apresentar a menor nota de acordo com a percepção dos docentes Surdos. Esse fato parece estar de acordo com as observações feitas por Lourenço (2018, 2019). Contudo, gostaríamos aqui de adicionar um fator à discussão que ainda não havia sido contemplado pelo autor em suas discussões: a formação exigida para o ingresso do intérprete de Libras frente à formação dos professores Surdos que atuam no ensino superior. Se por um lado a formação exigida para o ingresso de ILS nas universidades e nos institutos federais por meio de concurso público é uma formação de nível médio, os professores Surdos que ingressam no ensino superior são graduados e, muitos deles, especialistas, mestres e doutores. Além disso, mesmo os docentes que iniciam sua vida profissional apenas tendo concluído um curso de graduação são

incentivados por suas próprias instituições de trabalho a se formarem em nível de mestrado e doutorado. Nesse sentido, há um abismo real – ou iminente – entre a formação do intérprete e a formação dos professores Surdos. Esses professores Surdos, ao alcançar novos níveis de formação e também ao vivenciar as rotinas do trabalho na universidade, acabam se apropriando de novos discursos próprios do contexto acadêmico e da pesquisa científica, além de novas posições discursivas, ministrando aulas na graduação e na pós-graduação, proferindo palestras, participando de bancas de defesas de mestrado e doutorado, entre outros. Assim, esses novos discursos e novos contextos, a nosso ver, podem contribuir para essa sensação de insegurança tanto dos intérpretes quanto dos docentes e também para a percepção dos professores Surdos de baixa qualidade nas tarefas de interpretação-voz.

3.2 Análise por item

Passaremos a seguir para uma análise dos itens que compõem cada grupo. Apresentaremos um comentário geral sobre cada grupo de itens e, quando se fizer necessário, chamaremos a atenção do leitor para algum resultado que mereça destaque. Começemos pelos resultados do Grupo 1:

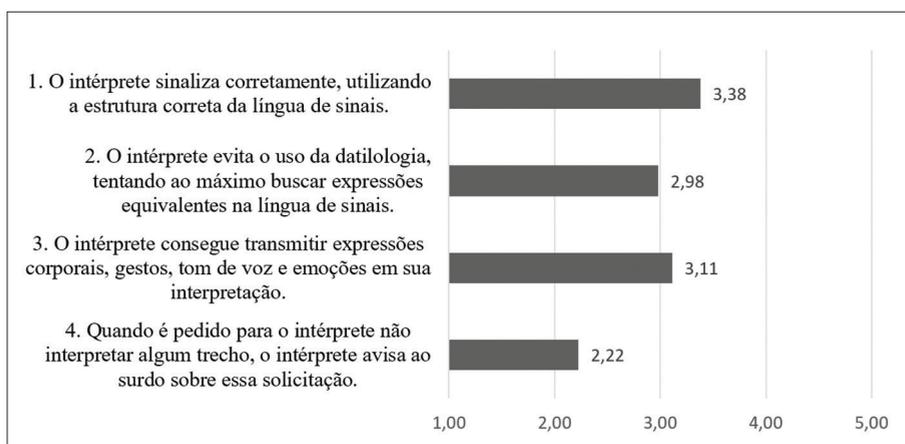


Gráfico 3 – Resultados do Grupo 1: Fidelidade e acurácia

Sobre o grupo Fidelidade e acurácia, a percepção dos docentes Surdos é, de maneira geral, regular. É possível observarmos que o item mais crítico desse grupo é o 4, sobre situações em que é solicitado ao intérprete que não interprete

algum trecho e que, muitas vezes, o surdo não é informado sobre essa solicitação. Esse fato nos faz refletir sobre as relações de poder que se estabelecem nos contextos de interpretação comunitária: uma das partes, geralmente a institucional, detém todo o poder e controle do serviço e a outra parte, geralmente o cliente civil, encontra-se em uma situação de crise (GARBER, 2000). Porém, é interessante, e preocupante, constatarmos que mesmo o professor Surdo sendo um docente, servidor público concursado, pode se encontrar em uma situação de fragilidade de poder nesses contextos que envolvem o serviço de interpretação. O fato de uma das partes poder solicitar a interrupção da interpretação e a pessoa Surda não ser informada sobre isso reflete que a relação desigual de poder não é resultado apenas dos papéis institucionais dos participantes da interação. Acreditamos que essa discussão merece ser retomada e receber mais atenção em trabalhos futuros que investiguem as posições de poder ocupadas por esses professores Surdos.

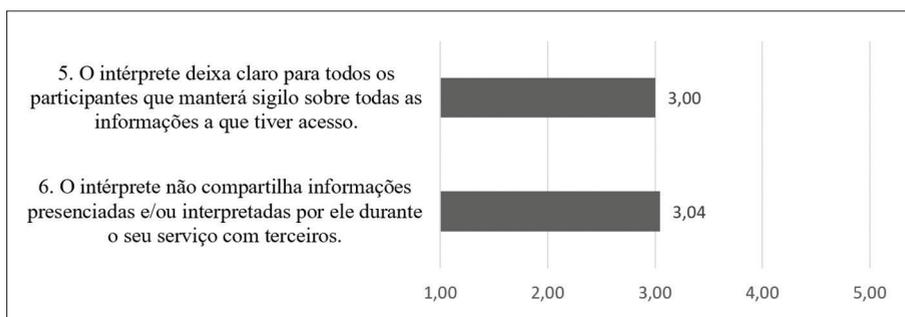


Gráfico 4 – Resultados do Grupo 2: Confidencialidade

Conforme é possível observar no Gráfico 4, os itens do *Grupo 2: Confidencialidade* receberam avaliação bastante semelhante, sendo avaliados como regulares pelos docentes Surdos.

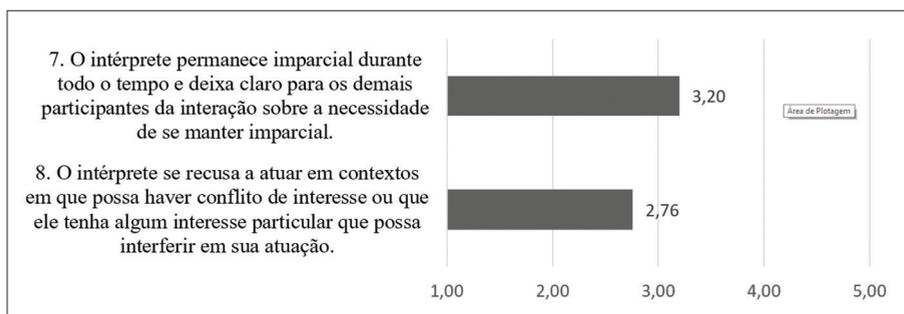


Gráfico 5 – Resultados do Grupo 3: Imparcialidade

Nos resultados dos itens do Grupo 3 também encontramos um ponto que recebe uma avaliação menor pelos docentes surdos. Esse item diz respeito ao *poder de controle (agency)* que o intérprete tem de poder avaliar a demanda do serviço e decidir se ele pode ou não atendê-la. Vale ressaltar aqui que o item se refere a situações em que há algum conflito de interesses do intérprete ou ainda quando o intérprete tem algum interesse particular que possa interferir em sua atuação. Avaliamos que essa realmente é uma situação delicada para as ambas as partes envolvidas na tarefa, contudo, essa é uma realidade que muitas vezes foge do controle dos profissionais que atuam nas universidades e nos institutos federais. O fato de que muitas instituições contam com um número insuficiente de ILS em seu quadro de funcionários faz com que, apesar dos possíveis conflitos de interesse, a instituição e as equipes de intérpretes não possuam outra alternativa a não ser alocar esse profissional.

Apresentaremos, a seguir, os dados referentes aos Grupos 4, 5, 6 e 7 em conjunto.

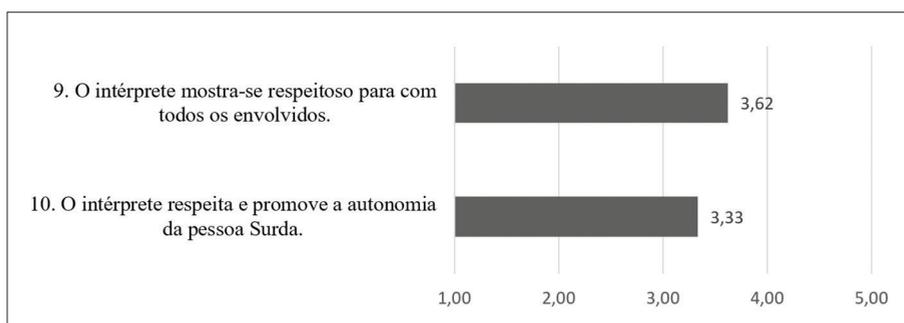


Gráfico 6 – Resultados do Grupo 4: Atitude respeitosa

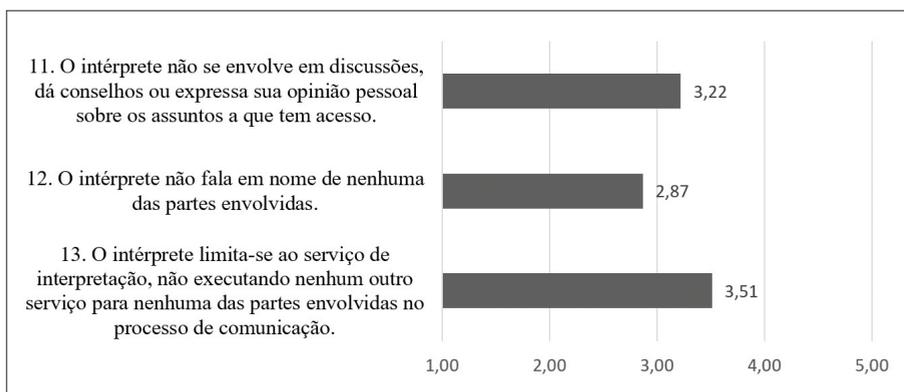


Gráfico 7 – Resultados do Grupo 5: Respeito aos limites de sua atuação

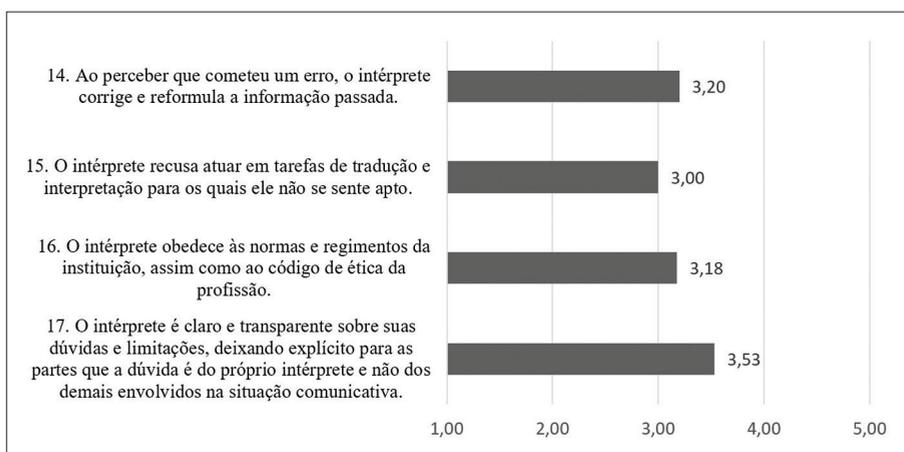


Gráfico 8 – Resultados do Grupo 6: Responsabilidade na atuação

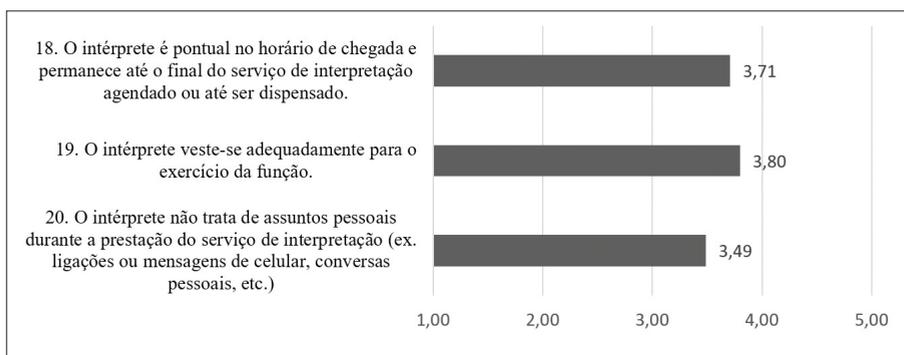


Gráfico 9 – Resultados do Grupo 7: Profissionalismo

Os resultados dos grupos 4, 5, 6 e 7 também refletem a avaliação geral dos itens como regulares, com destaque para o *Grupo 7: Profissionalismo*, já discutido na seção anterior. É preciso apenas chamarmos a atenção que esses grupos dizem respeito às relações interpessoais dos intérpretes com as outras partes envolvidas, além de seu posicionamento frente à tarefa de interpretação em si. Esses são fatores bastante positivos que, em nossa avaliação, contribuem para a implantação dos serviços de interpretação nessas instituições, assim como para uma definição das rotinas do serviço. Alertamos apenas para o item 12 do Grupo 5 que possui uma nota abaixo de 3,00 e que nos faz concluir que em alguns contextos o intérprete acaba falando em nome de uma das partes envolvidas e que isso não é bem recebido pelos docentes Surdos que participaram da pesquisa.

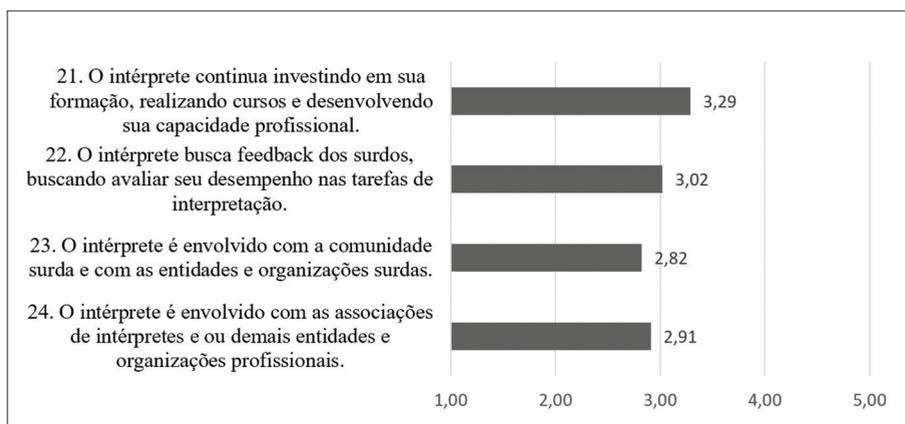


Gráfico 10 – Resultados do Grupo 8: Formação continuada

Os resultados do *Grupo 8: Formação continuada* são bastante interessantes. De acordo com a percepção dos docentes Surdos, os profissionais intérpretes que atuam nas universidades e nos institutos possuem um nível regular quando se trata de formação continuada. Porém, nota-se que essa formação continuada, ainda de acordo com a percepção dos docentes, tem sido mais voltada para a busca de cursos e outras atividades formais de capacitação. O envolvimento do intérprete com a própria comunidade Surda e também com as entidades representativas de sua categoria, como as organizações profissionais, parecem ser menos frequentes, de acordo com os resultados obtidos.

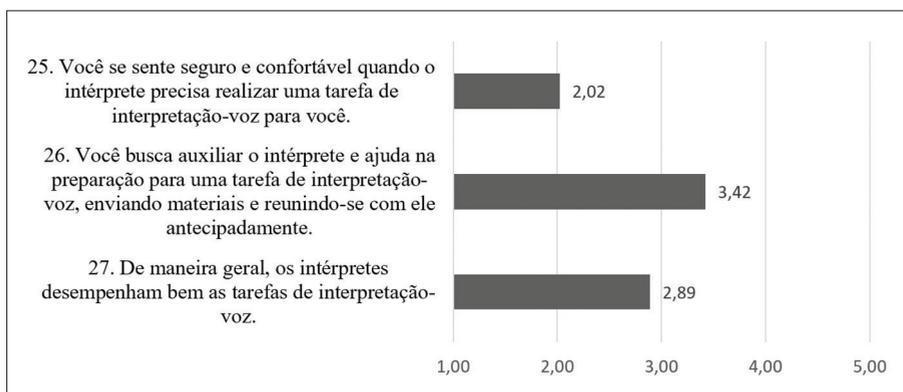


Gráfico 11 – Resultados do Grupo 9: Tarefas de interpretação-voz

Por fim, apresentamos os resultados do *Grupo 9: Tarefas de interpretação-voz*. Nesse grupo encontra-se a pior média entre as respostas dos docentes Surdos: o item 25. Esse item trata da sensação de segurança e de conforto que os professores Surdos têm ao fazerem uso dos serviços de interpretação-voz. Assumindo os rótulos clássicos apresentados anteriormente, podemos dizer que os professores consideram esse item *ruim*, quando avaliam os serviços de interpretação de sua instituição. Já discutimos na sessão anterior sobre o resultado global desse grupo, porém gostaríamos de frisar sobre a necessidade urgente de se fomentar iniciativas institucionais de formação e de aperfeiçoamento dos serviços de interpretação-voz nas universidades e nos institutos federais.

4. Uma reflexão necessária: o serviço de interpretação nas universidades e nos institutos federais e o conceito de interpretação em ambientes de trabalho

Os resultados de nossa pesquisa apontam que os serviços de interpretação nas universidades e nos institutos federais realmente encontram-se em fase de implementação e que são avaliados apenas como “regulares” pelos docentes Surdos que atuam nessas instituições. De modo a contribuir para as discussões sobre o tema, gostaríamos de finalizar este artigo trazendo uma reflexão que acreditamos ser bastante necessária.

Tradicionalmente, os serviços de interpretação no ensino superior têm sido encarados como um tipo de interpretação educacional. Certamente, aspectos relacionados ao contexto educacional são extremamente relevantes

para a atuação dos ILS nas universidades e nos institutos federais, já que boa parte de suas demandas advém dos contextos de sala de aula. Contudo, a partir da presença do docente Surdo nessas instituições, um novo desafio se coloca: interpretar para uma pessoa Surda que não é aluna da instituição, mas sim funcionária/servidora.

É sob essa perspectiva do docente Surdo como servidor dessas instituições que acreditamos ser necessário trazer a discussão sobre o serviço de *interpretação em ambientes de trabalho*. Dickinson (2017, p. 4) explica que “nos ambientes de trabalho, o intérprete pode fornecer acesso à comunicação, o que contribui para que o funcionário surdo possa se apropriar das funções de seu cargo de maneira igualitária comparada a seus colegas ouvintes”.¹² Nesse sentido, a atuação dos ILS junto a docentes Surdos não se limita a interpretar aulas e outros encontros educacionais, mas, principalmente, permite a esses profissionais exercer suas atividades de trabalho e participar de todos os aspectos da vida da universidade enquanto funcionários e servidores. Entre esses aspectos, podemos citar: reuniões de trabalho (colegiados, comitês, reuniões departamentais, reuniões para a elaboração e/ou execução de projetos), interações com colegas de trabalho, que podem ir desde a encontros formais a até mesmo conversas informais “de corredor”, ligações telefônicas e até mesmo, quando se fizer necessário, tradução de textos que circulam nos ambientes de trabalho.

Além disso, o servidor Surdo não conseguir interagir com outros colegas de trabalho pode comprometer diversos aspectos sociais de sua vida profissional, impedindo até mesmo que exerça suas funções laborais com a mesma plenitude que seus colegas ouvintes. Não raramente, profissionais Surdos se sentem isolados e solitários em seus locais de trabalho (DICKINSON, 2017; FOSTER& MACLEOD, 2003). Assim, se considerarmos que até mesmo as interações diárias como as “conversas de corredor”, as ligações telefônicas e até os momentos de humor e descontração fazem parte dos discursos que circulam nos ambientes de trabalho, novas discussões sobre a presença do servidor Surdo nas universidades e nos institutos federais precisam ser levantadas.

Por fim, é importante salientarmos ainda que outras competências se tornam necessária para os ILS que atuam nesses contextos. Se assumirmos que

¹² No original: *In the workplace, an interpreter can provide access to communication, which contributes to the deaf employee's ability to undertake their job role on an equal basis with their hearing peers.*

as interpretações de diálogos também se constituem como um gênero central na atuação dos ILS nas universidades e nos institutos federais, é preciso pontuar que esse tipo de interpretação trata muito mais das dinâmicas das interações interpessoais do que necessariamente do esforço de processar o “conteúdo” dessas mensagens (PÖCHHACKER, 2004, p. 186). É ainda sob essa perspectiva que Dickinson (2017, p. 203) propõe, baseada nas pesquisas realizadas com profissionais que atuam nesses contextos, que intérpretes de ambientes de trabalho precisam sempre lançar mão de uma abordagem comunicacional mais colaborativa, sendo mais abertos e flexíveis sobre sua atuação, mas sem deixar de serem assertivos sobre suas próprias necessidades de trabalho.

Considerações finais

Neste texto apresentamos os resultados de uma pesquisa conduzida com docentes Surdos que atuam em universidades e institutos federais. Nosso objetivo era o de investigar qual é a percepção que esses profissionais têm dos serviços de interpretação a eles oferecidos nessas instituições. A partir dos resultados de um questionário online sinalizado, identificamos que os docentes Surdos avaliam os serviços de interpretação apenas como “regulares”. Acreditamos que esse resultado pode advir do fato de que esses serviços ainda se encontram em fases de implementação. Contudo, pudemos identificar pontos críticos que merecem atenção e que precisam ser aperfeiçoados. Por fim, introduzimos a discussão sobre interpretação em ambientes de trabalho que, acreditamos, deve ser levada em consideração, já que os professores Surdos que atuam nas universidades e nos institutos federais são, na verdade, servidores e funcionários que necessitam exercer suas atividades de trabalho e participar de todas os aspectos da vida dessas instituições.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. [S.l: s.n.], 2005

CRASBORN, O. *Why is it Hard to 'Voice Interpret'?* Paper presented at Magdeburg University of Applied Sciences. Germany: [s.n.], 2006.

DICKINSON, J. *Signed Language Interpreting in the Workplace*. Washington, DC: Gallaudet University Press, 2017.

FOSTER, S; MACLEOD, J. Deaf People at Work: Assessment of Communication among Deaf and Hearing Persons in Work Settings. *International Journal of Audiology*, v. 42, n. SUPPL. 1, 2003.

FRISHBERG, N. *Interpreting: An Introduction*. Silver Spring, MD: Registry of Interpreters for the Deaf, 1986.

GARBER, N. Community Interpretation: A Personal View. In: ROBERTS, R. P. et al. (Orgs.). *The Critical Link 2: Interpreters in the Community*. Selected papers from the Second International Conference on Interpreting in legal, health and social service settings, Vancouver, BC, Canada, 19-23 May 1998. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2000. p. 9–20.

HEALTHCARE INTERPRETATION NETWORK. National Standard Guide for Community Interpreting Services. p. 45, 2007. Disponível em: <http://www.ailia.ca/tiki-download_file.php?fileId=34>.

HUMPHREY, J. H.; ALCORN, B. J. *So You Want to Be an Interpreter?: An Introduction to Sign Language Interpreting*. 3rd editio ed. Amarillo, TX: H & H Publishers, 2001.

LOURENÇO, G. A interpretação simultânea Libras-português: diferenças morfossintáticas entre as línguas e seus efeitos em uma tarefa de interpretação-voz. *Tradução em Revista*, v. 24, n. 2018.1, p. 1–22, 2018.

LOURENÇO, G. Interpretação de conferências sinalizadas: novos desafios para a prática e para a pesquisa. *Trabalho apresentado no I CONGRESSO SOBRE ESTUDOS DA INTERPRETAÇÃO*. Brasília, Brasil: [s.n.], 2019.

NAPIER, J.; ROHAN, M.; SLATYER, H. Perceptions of Bilingual Competence and Preferred Language Direction in Auslan/English Interpreters. *Journal of Applied Linguistics*, 2005.

NICODEMUS, B.; EMMOREY, K. Direction Asymmetries in Spoken and Signed Language Interpreting. *Bilingualism*, 2013.

NICODEMUS, B.; EMMOREY, K. Directionality in ASL-English Interpreting: Accuracy and Articulation Quality in L1 and L2. *Interpreting International Journal of Research and Practice in Interpreting*, 2015.

NISKA, H. Community Interpreting Training: Past, Present, Future. In: GARZONE, G.; VIEZZI, M. (Orgs.). *Interpreting in the 21st Century: Challenges and Opportunities*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2002. p. 133–144.

PÖCHHACKER, F. "Getting Organized": The Evolution of Community Interpreting. *Interpreting*, v. 4, n. 1, p. 125–140, 1999. Disponível em: <<http://www.jbe-platform.com/content/journals/10.1075/intp.4.1.11poc>>.

PÖCHHACKER, F. *Introducing Interpreting Studies*. London: Routledge, 2004.

QUADROS, R. M. De. *Letras Libras: ontem, hoje e amanhã*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

REIS, F. *A docência na educação superior: narrativas das diferenças políticas de sujeitos surdos*. 2015. 279 f. Universidade Federal de Uberlândia, 2015.

RODRIGUES, C. H. Da interpretação comunitária à interpretação de conferência: desafios para formação de intérpretes de língua de sinais. 2010, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: [s.n.], 2010.

RODRIGUES, C. H.; SANTOS, S. A. dos. A interpretação e a tradução de/para línguas de sinais: contextos de serviços públicos e suas demandas. *Tradução em Revista*, v. 24, n. 2018.1, p. 1–24, 2018.

SANTOS, S. A. dos. A implementação do serviço de tradução e interpretação de libras-português nas universidades federais. *Cadernos de Tradução*, v. 35, n. 2, p. 113–148, 2015.

VAN DEN BOGAERDE, B. Voicing Barriers. *Paper presented at THE EUROPEAN FORUM OF SIGN LANGUAGE INTERPRETERS (EFSLI) CONFERENCE*. Glasgow, Scotland: [s.n.], 2010. .

VAN DIJK, R. *et al.* Directionality Effects in Simultaneous Language Interpreting: The Case of Sign Language Interpreters in the Netherlands. *American Annals of the Deaf*, v. 156, n. 1, p. 47–56, 2011.

WILCOX, S.; SHAFFER, B. Towards a cognitive model of interpreting. In: JANZEN, T, (Org.). *Topics in Signed Language Interpreting: Theory and practice*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2005.